

## PREÂMBULO

Passa o Inverno, chega a Primavera, põe-se o Sol, aparece a Lua, tudo segue o seu ritmo; o tempo passa e vai registando a história da humanidade. Reflectir a partir da nossa experiência, respeitar a História, procurar perceber o ciclo das mudanças, tudo isto constitui fruto da inteligência humana. Como diz o provérbio chinês e com razão: “O conhecimento da história torna o homem mais sábio.”

Após a transferência da soberania de Macau para a República Popular da China, em 20 de Dezembro de 1999, realizaram-se em 2013 as eleições para a 5.<sup>a</sup> Assembleia Legislativa com o aumento do número de deputados. Esta decisão, para além de ter um grande significado político, constitui ainda um importante passo em frente para o desenvolvimento do sistema político da RAEM. O sucesso das últimas eleições demonstra que os residentes de Macau são capazes de resolver os seus próprios problemas. Ainda assim, há que reconhecer que as últimas eleições revelaram claramente a repetição de problemas a nível técnico e de gestão mas estamos convictos que as gentes de Macau possuem inteligência e capacidade para ultrapassar as questões relacionadas com o próprio sistema. Perspectivar o futuro não pode fazer esquecer o passado, pois se não formos à raiz dos problemas, quando os mesmos atingirem um certo grau de complexidade a sociedade teria provavelmente de suportar custos mais elevados. Como diz o provérbio chinês: “O caminho faz-se caminhando”, ou seja, o sucesso começa quando nos colocamos em acção.

O ano de 2013 foi um ano muito pesado para o Comissariado contra a Corrupção (adiante designado por CCAC) e isto não se deve ao crescimento do número de casos, mas sim ao facto de os casos envolverem matérias de maior complexidade técnica e áreas cada vez mais abrangentes. Por outro lado, tem a ver ainda com a expectativa cada vez maior dos residentes em relação à actuação do CCAC.

Na área do combate à corrupção no sector público, o número de denúncias e de processos instruídos em 2013 manteve-se quase idêntico ao do ano passado e os casos detectados revelam que as infracções mais frequentes continuaram a estar mais relacionadas com crimes de corrupção passiva, abuso de poder e falsificação de documentos, seguindo-se os casos relacionados com a violação dos deveres dos funcionários ou a incorrecta gestão que afecta o interesse público. Neste aspecto, consideramos que existe ainda espaço para aperfeiçoar o desempenho das funções e intensificar a consciência do cumprimento das leis por parte dos funcionários públicos.

No âmbito do combate à corrupção do sector privado, a maioria das denúncias recebidas continuou a estar sobretudo relacionadas com a aceitação de comissões em violação das regras da empresa e a falsificação de preços e de documentos, por parte das empresas de gestão, nos procedimentos da aquisição de equipamentos e serviços. Apesar de um aumento significativo do número de queixas registado no ano passado, devido a limitações legais, verificou-se que parte dos casos, após investigação preliminar, encontravam-se fora da esfera de competências do CCAC, sendo que parte foi arquivada e outra encaminhada para o devido tratamento junto de outras autoridades.

Durante o ano de 2013 o CCAC recebeu mais de 600 casos no âmbito da Provedoria de Justiça, batendo o recorde do número de queixas recebidas nos anos transactos. Adicionando os casos transitados e os casos reabertos em 2013, o CCAC tratou aproximadamente mil casos em 2013, sendo os mais frequentes relacionados com insatisfação sobre obras públicas, trânsito, aplicação do Direito, políticas de educação, imperfeições da gestão pública e tratamento injusto por parte dos funcionários públicos. É mais que evidente que as estatísticas acima mencionadas demonstram uma maior consciência dos residentes sobre a importância da salvaguarda dos seus direitos e interesses. Para além disso, nota-se uma postura mais pro-activa quando os mesmos são confrontados com decisões injustificáveis ou ilegalidades e irregularidades por parte dos serviços públicos, postura essa de que resultou a melhoria da qualidade das queixas recebidas.

Porque é que a população anda constantemente a queixar-se dos serviços públicos?

A morosidade nos procedimentos, a falta de flexibilidade, a postura burocrática, a interpretação literal da lei, a falta de sensibilidade humana são problemas do dia a dia que impedem muitas vezes a desburocratização. A chave da gestão pública está na “boa administração” que deve obedecer quatro critérios fundamentais: rigorosidade e clareza das leis, imparcialidade e integridade, alta eficiência e qualidade na prestação de serviços. Caso o aparelho administrativo cumprisse esses quatro princípios, teríamos seguramente menos decisões erradas e inadequadas e, ao mesmo tempo, teríamos menos queixas. Uma boa administração deve estar sempre virada ao povo, daí que devemos aproveitar os valores fundamentais como alicerces para construir uma sociedade próspera e harmoniosa, pois é com a experiência do passado que se constrói o futuro.

Os problemas verificados e indicados pelo CCAC, alguns deles continuam sem solução e face aos velhos problemas que permanecem e aos novos problemas que foram surgindo é normal que as entidades fiscalizadoras sintam por vezes algum desencanto. Mesmo assim, os trabalhos relacionados com o tratamento de queixas, a construção de mecanismos eficientes, bem como a correcção de decisões ilegais, irregulares, ou inadequadas têm sido, ao longo do tempo, os objectivos e as políticas orientadoras do CCAC. Respeitar o Estado do Direito, exercer com zelo e dedicação as atribuições, assegurar a integridade, o profissionalismo, a eficiência e o espírito de servir melhor a população, devem ser considerados como valores fundamentais da actividade administrativa. O acto administrativo deve ser rápido, correcto e seguro, daí que, o mais importante é prevenir e não deixar que os problemas se agravem.

Março de 2014.

**O Comissário contra a Corrupção  
Fong Man Chong**